



Ulysses elogia e líderes prometem apoio em plenário, às sugestões que Aureliano levou para o texto final da Constituição

Aureliano já admite 4 anos a sucessores

O ministro Aureliano Chaves, que defende mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e seus sucessores, admite a hipótese de mandato de quatro anos, desde que esse mesmo período seja fixado também para os sucessores de Sarney. Essa posição foi manifestada ontem a um grupo de senadores do PFL que esteve com o ministro para discutir a estratégia de sua possível candidatura à Presidência da República, quando ficou confirmada a convicção de que se deve procurar uma liderança de São Paulo para compor a chapa.

Aureliano admitiu, durante a conversa, que considera suficiente a votação em primeiro turno da Constituição, para se sentir liberado para sair do ministério. Essa posição estaria ligada a uma estratégia no sentido de fortalecer a candidatura do ministro, cuja imagem teria ficado desgastada em certos setores do partido em razão de sua determinação de continuar no Governo após o rompimento da Aliança Democrática, decidido pelo próprio PFL.

Plebiscito

O ministro, que diz aceitar a candidatura apenas se for aprovado o sistema presidencialista de governo, vê a votação em primeiro turno como suficiente para definir a questão, mas estaria inclinado em sair do ministério mesmo se aprovado o parlamentarismo, confiando na possibilidade de essa forma de governo vir a ser contestada através de um plebiscito. Esta é a razão pela qual se delineia no PFL também uma estratégia de cúpula no sentido de fortalecer a ideia de que a aprovação do parlamentarismo teria que ser submetida a posterior consulta popular, enquanto a aprovação do presidencialismo não remeteria à mesma exigência, uma vez que significaria a continuidade do sistema de governo vigente. Quanto ao mandato de quatro anos, Aureliano considera que manteria a coerência em alterar sua atual posição a favor dos cinco anos defendendo o mandato de quatro anos para Sarney e seus sucessores já que sua tese é de que o importante é manter essa coincidência de prazos.

Ministro não quer contrato de risco

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que entregou, ontem, ao deputado Ulysses Guimarães quinze sugestões para o texto final da Constituição, manifestou opinião favorável à extinção dos contratos de risco. Para ele, a Petrobrás tem demonstrado competência e condições de fazer projeção e pesquisa. Por outro lado, lembrou que a Braspetro, uma de suas subsidiárias, explora petróleo em outros países e que o Brasil, na sua opinião, deve reciprocidade às empresas estrangeiras do ramo que atuam em solo brasileiro.

Acompanhado pelo líder do Governo, Carlos Sant'Anna, Aureliano expôs suas sugestões aos líderes do PFL, José Lourenço, PMDB, Mário Covas, PTB, Gastone Righi, além de deputados, principalmente da bancada mineira que estavam no gabinete de Ulysses Guimarães. Depois de meia hora de reunião, as lideranças, deixando antever que apoiarão suas solicitações em plenário.

Confessionário

Outro assunto importante tratado na reunião de ontem foi a aceleração dos trabalhos da Constituinte, dando prioridade total a votação do texto. O tema político ganhou força quando após dispensar os líderes partidários, Ulysses manteve longo e reservado encontro com o ministro das Minas e Energia.

Ulysses mostrou-se satisfeito com a conversa e após o encontro, elogiou as propostas levadas por Aureliano, mas disse não ter se manifestado sobre os temas que ainda irão à votação. "Aqui é um confessionário, onde muitos vêm falar comigo e eu não posso adiantar quais os assuntos sobre os quais conversamos", disse rindo e apontando para alguns deputados presentes, acrescentou: "Aí estão mais alguns querendo confessar". Mas acabou afirmando sobre o encontro com Aureliano que "sem prejuízo da qualidade do trabalho, eu e o ministro concordamos que é preciso dar uma Constituição a este País".

Covas quer inverter votação do mandato

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), convocou uma reunião da bancada do partido para a próxima quarta-feira, às 10h00, a fim de avaliar a posição dos peemedebistas em relação à proposta de antecipar a votação da duração do mandato do presidente José Sarney e a definição do sistema de Governo.

Pessoalmente favorável aos dois temas sejam votados imediatamente, o líder espera obter o sinal verde de sua bancada para iniciar entendimentos com as demais lideranças na Constituinte com o objetivo de inverter a pauta de votação do projeto de Constituição.

Segundo Covas, a definição da duração do mandato do presidente Sarney e do sistema de Governo, logo no início do processo de votação do projeto de Constituição, deverá facilitar a apreciação das demais propostas pelo plenário da Constituinte.

Ele lembrou que a decisão de in-

verter a pauta de votação no plenário somente poderá ocorrer através de uma alteração do regimento interno ou de um acordo de lideranças. Assim, a forma mais rápida seria um entendimento entre os líderes partidários na Constituinte, uma vez que a alteração regimental seria um processo mais demorado.

Além de discutir a possibilidade de votar de imediato os dois temas mais polêmicos da Constituinte, a reunião da bancada também vai examinar questões como a necessidade de agilizar os trabalhos de votação do projeto de Constituição e as suas propostas mais polêmicas.

Na avaliação de Mário Covas, hoje a tendência dentro da Constituinte é a de aprovar um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e a adoção do sistema parlamentarista de Governo. "Se não houver qualquer influência externa à Constituinte, deverá ser aprovado o parlamentarismo com quatro anos", prevê o líder.

Ulysses é contra antecipação

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), manifestou-se ontem contrário à alteração do Regimento Interno de modo a permitir a votação antecipada da duração do atual mandato presidencial e da forma de Governo. Ulysses admitiu que as lideranças dos partidos podem buscar um acordo neste sentido, mas considerou "desaconselhável" uma nova alteração no regimento, lembrando que a previsão é de que a Constituição deverá ser votada em seis semanas, "de forma que dentro em breve esse assunto seria decidido no contexto do próprio projeto".

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), pretende colher hoje as 94 assinaturas necessárias para encaminhar projeto de resolução à Mesa da Constituinte, propondo a alteração do regimento.

Os líderes do PDS, Amaral Netto (RJ) e do PFL, hoje Lourenço (BA), fazem restrição à ideia de alterar o regimento para votar em primeiro lugar a duração do mandato e a forma de Governo. Lourenço argumenta que "as coisas devem ser votadas na ordem em que estão", pois do contrário, segundo alega, "daqui a pouco vão aparecer vários pedidos de alteração da ordem". Já o líder do PDS, que em princípio não se mostrou receptivo à ideia, disse que antes de qualquer decisão precisa



Ulysses quer rapidez na Carta

"ouvir a bancada", e isso, segundo ele, é impossível antes dos próximos 8 dias.

Tanto o projeto de decisão fixando as eleições em novembro deste ano como o projeto de resolução antecipando as votações têm que ser encaminhados à Mesa, para parecer. Se a Mesa der parecer contrário, essa decisão pode ser contestada em plenário, exigindo-se maioria absoluta para derubar o parecer. Como questões dessa natureza costumam ser resolvidas politicamente no Congresso, um acordo de liderança facilitaria as coisas, mas isso fica praticamente descartado com as posições assumidas por Amaral e Lourenço.

Mandato e sistema só terão decisão no voto

Os vários grupos suprapartidários organizados na Constituinte continuam reunindo-se para tentar acabar com as divergências sobre os pontos polêmicos do texto constitucional. Sistema de Governo e mandato presidencial são considerados, por todos eles, pontos inconciliáveis. Portanto, só serão decididos no voto em plenário. Hoje, o «Centrão» conclui o seu projeto e prepara uma análise comparativa com o projeto constitucional, aprovado pela Comissão de Sistematização e o «Hércules IV» elaborado pelo Grupo dos 32.

O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) admite que o «Hércules IV» tem muitos pontos sensíveis com o projeto do Centrão. Ontem, o relator do Centrão, deputado José Lins (PFL-CE), reuniu-se na casa da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), integrante do Grupo dos 32.

O MUP (Movimento de Unidade Progressista), do PMDB, reúne-se hoje para discutir suas emendas e a possibilidade de estabelecer entendimento com os outros grupos. Ontem, o MUP manteve contato com o senador José Richa (PMDB-PR), um dos líderes do Grupo dos 32.

O Centrão vem mantendo reuniões diárias e hoje à tarde realiza uma plenária com cada um de seus coordenadores temáticos.

letivo, tanto que as conversas estão sendo feitas por seus membros com cada deputado, separadamente. Daso garante, entretanto, que os integrantes do Centrão estão liberados para votar no plenário de acordo com suas consciências.

O deputado José Maria Eymael (PDC-SP), integrante do Centrão, apresentou ontem ao Grupo dos 32 uma nova proposta sobre a estabilidade. Segundo a deputada Sandra Cavalcanti, ela pode ser utilizada depois de esgotadas todas as possibilidades de acordo.

Na emenda de Eymael e «relação de emprego fica protegida contra a despedida arbitrária nos termos da lei, que assegurará, sem prejuízo de outros direitos, indenização compensatória, proporcional ao tempo de serviço e majorada quando a rescisão do contrato de trabalho ocorrer após os dois primeiros anos».

O Centrão apresenta também emenda do deputado Adroaldo Streck (PDT-RS) que modifica o conceito de empresa nacional, tornando-o mais flexível.

Na reunião de hoje, o MUP discute o capítulo dos Direitos Sociais e da Educação. Segundo o deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR) o MUP vai tentar melhorar o texto referente ao conceito de empresa nacional, exploração das terras indígenas, anistia, Conselho Nacional de Comunicação e o salário integral do aposentado aprovado pela Comissão de Sistematização. Friedrich adiantou que o MUP vai apresentar emenda ressuscitando a figura do Defensor do Povo e o Tribunal Constitucional e pretende dar representatividade aos sindicatos.

PMDB define emendas para a nova Carta

O PMDB vai apresentar cerca de 100 emendas ao projeto de Constituição e, para definir quais serão os seus alvos, reuniu ontem pela manhã o seu líder na Constituinte, senador Mário Covas (SP) e 16 vice-líderes. Estabilidade, concessão para distribuição de derivados de petróleo, jornada semanal de trabalho e tóxicos, são alguns dos pontos polêmicos objetos de emendas. "Poucas mexerão no mérito, a grande maioria é para correção de coisas sem maior importância", antecipa Covas.

A hereditariedade nos cartórios, a efetivação de categorias profissionais via Constituição e os "trens da alegria e panamas" serão retirados da futura Carta se depender da liderança do PMDB. Também deve haver modificação, no entender do colégio de vice-líderes do partido, na questão da distribuição dos derivados do petróleo. Segundo um dos presentes à reunião de ontem, a "nacionalização" aprovada gera mais polêmica e flancos abertos à críticas do que avanços reais.

Os marinheiros que buscam ampliar sua anistia terão uma emenda que possa "satisfazê-los", de acordo com o que foi discutido. O senador Covas que, seguindo a decisão dos vice-líderes votou contra a ampliação de anistia ao marinheiro, no dia 16 de novembro, é agora favorável a uma revisão desta posição.

Propostas

As oito horas de trabalho diário, "salvo negociações coletivas" serão defendidas pela liderança que, no entanto, para impedir o trabalho aos sábados e forçar as negociações entre patrões e empregados em relação a este tema, pretende manter no texto a jornada de 44 horas. Quanto à estabilidade, o líder de uma facção peemedebista, Mário Covas, insistirá na proposta derrotada pelo plenário da Sistematização.

Tal proposta é conhecida como primeiro substitutivo", que apenas consagra o princípio contrário às demissões imotivadas e remete o detalhamento da questão às leis ordinárias. Outra mudança sugerida será em relação aos tóxicos. Para os vice-líderes do PMDB uma nova emenda deve ser apresentada tornando "imprescritível" o crime de tráfico de tóxicos, ao contrário do que foi aprovado pela Sistematização e penalizando com maior dureza o tráfico.

UDR x PT

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, disse ontem que pretende ingressar na justiça com uma ação contra os líderes do Partido dos Trabalhadores (PT), que acusaram a entidade de angariar fundos para combater a Reforma Agrária. Segundo Caiado, as acusações não passam de "mentiras fora de moda", que o partido não tem como provar.

Novo partido

Os ex-governadores Roberto Magalhães (PE), Gonzaga Mota (CE) e Esperidião Amin (SC) estarão reunidos em Brasília com os ex-ministros Afonso Camargo e Roberto Gusmão para analisar a constituição nacional e possivelmente a criação de um novo partido político depois da Constituinte. Também participará desse encontro o ex-líder do PDS na Câmara, Nelson Marchezan.

Magalhães não quis entrar em detalhes sobre a reunião, alegando que esses primeiros contatos devem ser "necessariamente reservados", mas confirmou que está realmente em busca de um novo partido político que esteja próximo de suas ideias. Ele está sem partido há dois meses, quando se desligou do PFL.

Mais 3 meses, previsão dos constituintes

Na melhor das hipóteses a promulgação da nova Constituição será em abril. A previsão é dos líderes partidários na Constituinte, à exceção do líder do PDS, deputado Amaral Netto, que prevê isto para junho. As lideranças preveem que haverá muitos debates, restritos aos temas polêmicos já conhecidos — como a ordem econômica e social, mandato do presidente e sistema de governo — mas que o processo de votação será acelerado a partir do dia 27 de janeiro.



mas também acredita que a data mais provável para isso acontecer é em abril. "Teremos alguns confrontos, mas todos serão resolvidos", afirma.

Junho

Na esquerda essa previsão também é consenso. O deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, também lembra a intenção de Ulysses Guimarães em terminar o processo constituinte em fevereiro, mas não acredita nesta hipótese, pois alguns impasses e a falta de quorum farão com que a nova Carta só fique pronta em abril. Aldo Arantes, vice-líder do PC do B, acha que haverá uma aceleração no processo de votação, mas mesmo assim considera que será difícil a promulgação antes disso.

"Acho que dá para promulgar em abril, não vejo como fazer isso antes", afirma José Genoíno, vice-líder do PT, ressaltando que haverá muito debate. No PCB, o líder Roberto Freire, faz a mesma previsão lembrando que na Comissão de Sistematização só votou rápido quando as lideranças sentaram para conversar. O deputado Arnaldo Faria de Sá, vice-líder do PTB, manifesta a mesma opinião: "O pior já passou", disse. A voz discordante é a do deputado Amaral Netto, líder do PDS. Ele acha que antes de junho a promulgação da nova Carta será impossível, "pois haverá muito debate e atraso nas sessões".

Centrão não aceitará aumento dos impostos

O grupo Centrão deixou claro para o Presidente da República que não patrocinará nenhuma emenda ao projeto de Constituição alterando a parte do sistema tributário. Pela voz dos deputados Gastone Righi (PTB-SP) e José Lins (PFL-CE), o grupo disse ao Presidente, na noite de ontem, no Palácio da Alvorada, que foram evitadas emendas sobre esse assunto exatamente porque ele não é considerado controvertido pelo Centrão. Sarney disse então que vai encomendar a elaboração de um projeto à sua assessoria e que procurará um parlamentar para apresentá-lo.

Alertado pelo ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, o presidente Sarney chamou sete coordenadores do Centrão para tomar um cafezinho no Alvorada,

quando explicou os riscos de a União quebrar, caso sejam mantidos os percentuais de distribuição da receita tributária previstos no projeto de Constituição. Quando o grupo chegou ao Palácio, Sarney disse que tinha um interesse geral sobre as diversas emendas que o Centrão estava preparando. Mas logo ele concentrou o assunto na questão tributária.

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) foi logo dizendo que os que estavam ali presentes não tinham condições de decidir nada em nome do Centrão, mas o deputado José Lins foi mais longe: frisou que o Centrão não tinha emendas sobre a questão tributária porque não considerava esse um tema controvertido. «E nós estamos elaborando emendas apenas sobre as áreas divergentes», acrescentou ele.

Amaral critica ação do grupo

O risco de que o "Centrão" ganhe uma viagem associada ao Governo, fortalecida com a ida, há dois dias, de um grupo de sete parlamentares ao Palácio da Alvorada, foi ampliada com a notícia divulgada ontem pelo "Jornal de Brasília" de que Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Gastone Righi (PTB-SP) conseguiram a nomeação de um diretor da Caixa Econômica Federal. A notícia foi suficiente para fazer o deputado Amaral Netto (PDS-RJ) telefonar para Roberto Cardoso Alves, a fim de alertá-lo para as repercussões da notícia.

"O "Centrão" não foi feito para apoiar o Governo e ninguém pode obter lugares no Governo em nome do "Centrão", disse Amaral Netto ao telefone, refletindo as queixas de Adyelson Mota (PDS-RS) e Ruberval Piloto (PDS-SE), que acabavam de sair do seu gabinete pressagando o fim do grupo. No seu tom explosivo, Roberto Cardoso Alves foi logo dizendo que não aceitava cobranças, mas Amaral prosseguiu: "Olha Roberto, eu não tenho nada a ver com a posição governamental de vocês, acho que indicar um diretor da Caixa Econômica é legítimo, mas não em nome do "Centrão".